

Definição

Processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, visando garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais às especificidades do meio ambiente.



Este conceito tem evoluído para uma perspectiva de gestão compartilhada pelos diferentes agentes envolvidos e articulados em seus diferentes papéis, a partir da perspectiva de que a responsabilidade pela conservação ambiental é de toda a sociedade e não apenas do governo, e baseada na busca de uma postura pró-ativa de todos os atores envolvidos.



Gestão Ambiental Pública



A condução, a direção e o controle pelo governo do uso dos recursos naturais, através de determinados instrumentos, o que inclui medidas econômicas, regulamentos e normalização, investimentos públicos e financiamento, requisitos interinstitucionais e judiciais.

Gestão Ambiental Empresarial

É o gerenciamento da questão ambiental pelas empresas (públicas e privadas).



Estágios da Gestão Ambiental Empresarial

1º Estágio (Postura Reativa)

- Desconhecimento da legislação ambiental aplicada às atividades, produtos e serviços da empresa;
- Solução de problema e/ou adoção de ações em razão de:
 - ✓ Pressão da sociedade
 - ✓ Determinação do órgão de controle ambiental e/ou do Ministério Público, através de Termos de Compromisso ou Termos de Ajustamento de Conduta;
 - ✓ Decisão judicial.

Estágios da Gestão Ambiental Empresarial

2º Estágio

(Postura Adaptativa)

- Conhecimento da legislação ambiental aplicada às atividades, produtos e serviços da empresa;
- Gerenciamento ambiental voltado para atender e cumprir a legislação ambiental.

Estágios da Gestão Ambiental Empresarial

3º Estágio

(Postura Pró-Ativa)

- Conhecimento da legislação ambiental aplicada às atividades, produtos e serviços da empresa;
- Postura pró-ativa e de excelência ambiental, com gerenciamento voltado para ir além do atendimento e do cumprimento da legislação ambiental;
- Antecipações dos problemas ambientais futuros através da prevenção da poluição e do gerenciamento de riscos;
- Integração da função ambiental ao planejamento estratégico da empresa.

Histórico da Evolução dos Conceitos

Década de 60

(Década da conscientização)

- No mundo considerado desenvolvido, a preocupação em conciliar o desenvolvimento com a qualidade ambiental iniciou-se na década de 60;
- Um grupo de cientistas conceituados, reunidos no chamado Clube de Roma, utilizando-se de modelos matemáticos, preveniu dos riscos do crescimento econômico baseado no consumo de recursos naturais esgotáveis. Esse estudo publicado posteriormente sob o título "Limites do Crescimento", incluía projeções, em grande parte não cumpridas, e teve o mérito de conscientizar a sociedade para os limites da exploração do planeta;
- Surgiram os primeiros movimentos ambientalistas (que nos anos 80 viriam a se denominar ONGs), motivados pela poluição da água e do ar em países industrializados;
- Os acidentes ambientais da época serviram para conscientizar dos perigos da poluição.

Histórico da Evolução dos Conceitos

Década de 70

(Década da regulamentação e do controle ambiental)

- Na Conferência de Estocolmo (1972) discutiu-se a necessidade das nações estabelecerem políticas de controle ambiental, principalmente do ar e da água, e a preocupação com o consumo de recursos não renováveis;
- Esta conferência acelerou, em vários países, a estruturação de seus órgãos ambientais e o estabelecimento de suas legislações, visando ao controle da poluição ambiental;
- No Brasil, após a citada conferência, foram criados os principais órgãos de Meio Ambiente tanto em nível federal como estadual;
- A crise energética causada pelo preço do petróleo, provocou a discussão da racionalização do uso de energia e a busca por combustíveis renováveis;
- O conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser discutido;
- Em 1978, na Alemanha, surge o primeiro selo ecológico, o Anjo Azul, destinado a rotular produtos considerados ambientalmente corretos.

Histórico da Evolução dos Conceitos

Década de 80

(Década do planejamento ambiental)

- Acidentes ambientais contribuíram para as mudanças nas políticas oficiais de Meio Ambiente e nos conceitos de gerenciamento ambiental das indústrias, além de trazer para o dia-a-dia do homem comum a discussão dos temas ambientais;
- Publicação da Resolução CONAMA 01/1986 que trata da obrigatoriedade da realização de EIA;
- A proteção ambiental deixou de ser visto apenas do ponto de vista defensivo e começou a ser considerada uma necessidade;
- Surgiram em vários países os Partidos "Verdes";
- Globalização das preocupações com a conservação do meio ambiente, externados através de protocolos e convênios internacionais;
- Disseminação mundial do conceito de Desenvolvimento Sustentável, através da publicação do Relatório de Brundtland, publicado em 1987.

Histórico da Evolução dos Conceitos

Década de 90

(Década da globalização dos conceitos e sistematização das ações)

- A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cúpula da Terra ou Rio 92) mostrou que a questão ambiental ultrapassa os limites das ações isoladas e localizadas, para se constituir em uma preocupação de toda a humanidade;
- O setor industrial começou também, dentro de um enfoque global, a considerar pontos que tangem a proteção ambiental, começando a atribuir à indústria a responsabilidade pelos efeitos ambientais de seus produtos e subprodutos, desde a obtenção da matéria-prima até a disposição final dos mesmos como resíduos (conceito “do berço ao túmulo”);
- Para as empresas a questão ambiental deixa de ser problema para se tornar parte de uma solução maior – a credibilidade da empresa junto à sociedade;

Histórico da Evolução dos Conceitos

Década de 90

(Década da globalização dos conceitos e sistematização das ações)

- A introdução de novos conceitos, como Certificação Ambiental, Atuação Responsável e Gestão Ambiental, ajuda a modificar a postura reativa das empresas no relacionamento com os órgãos de fiscalização;
- Entra em vigor, em 1992, as normas britânicas BS7750 (Especificação para sistemas de gestão ambiental) que serviram de base para a elaboração de um sistema de normas ambientais a nível mundial;
- Entra em vigor as normas internacionais de gestão ambiental, denominadas de Série ISO 14.000, coroando uma longa caminhada em prol da conservação do meio ambiente e do desenvolvimento em bases sustentáveis.



O que é ISO?

ISO – International Organization for Standardization



- A ISO (Organização Internacional para a Normalização) é uma organização mundial fundada em 23/02/1947, que tem a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como um de seus membros fundadores, cuja sede é em Genebra (Suíça);
- É uma organização não governamental que conta com mais de 100 membros, representando cada um seu país de origem.

Estrutura da ISO – Gestão Ambiental

Intencionando harmonizar padrões de Gestão Ambiental, a ISO instalou em 1993 um novo comitê técnico, o TC 207, com o objetivo de elaborar normas de gestão ambiental e suas ferramentas.

O TC 207 subdivide-se em seis sub-comitês internacionais e um grupo de trabalho que, por sua vez, podem ser agrupados em duas categorias principais e uma geral.

- a) Das empresas;
- b) Dos produtos;
- c) Geral.

Das Empresas

- Sub-Comitê 1 (SC1) – **Sistema de Gestão Ambiental**: presidido pelo Reino Unido, é responsável pelas normas de Gerenciamento Ambiental as quais apresentam uma abordagem abrangente, incluindo o cumprimento da legislação ambiental, plano de emergência, compromisso com a melhoria contínua, entre outros;
- Sub-Comitê 2 (SC2) – **Auditoria Ambiental**: presidido pela Holanda, é responsável pelas normas de procedimentos dos vários tipos de auditoria ambiental e da qualificação de auditores;
- Sub-Comitê 4 (SC4) – **Avaliação de Desempenho Ambiental**: presidido pelos EUA, é responsável pela elaboração das normas para avaliar o desempenho das empresas em função do gerenciamento proposto, relacionando os riscos e efeitos mais significativos sobre o meio ambiente.

Dos Produtos

- Sub-Comitê 3 (SC3) – **Rotulagem Ambiental**: presidido pela Austrália, é responsável pela normalização dos vários tipos de selos verdes e etiquetas de auto-declaração;
- Sub-Comitê 5 (SC5) – **Análise do Ciclo de Vida**: presidido pela França, é responsável pela elaboração de normas que orientarão o inventário, a determinação, o impacto ambiental do produto e melhorias do ciclo de vida do produto. O conceito básico é avaliar o Impacto Ambiental do produto, desde a extração da matéria-prima, elaboração do produto e utilização até o descarte final;
- Grupo de Trabalho (WG): ligado à direção do TC 207 e presidido pela Alemanha, é o responsável pela elaboração de um Guia sobre a inclusão de Aspectos Ambientais em Normas de Produtos.



Geral

- Sub-Comitê 6 (SC6) – **Termos e Definição:** presidido pela Noruega, é responsável pela harmonização de toda a terminologia utilizada nas normas do TC 207, abrangendo todos os sub-comitês.



Série de Normas ISO 14000

A série de normas ISO 14000 prevê a avaliação da organização ou empresa, utilizando como ferramentas as auditorias ambientais e os critérios de avaliação do desempenho ambiental da organização. A avaliação da organização não é suficiente para julgar o comportamento ambiental da mesma de forma integral, pois os produtos podem ter impactos ambientais negativos nas diferentes etapas do ciclo de vida. Assim, a estrutura da série de normas ISO 14000 permite visualizar dois subgrupos básicos: normas que tratam da organização e do processo produtivo e normas que tratam dos produtos.

As normas da Série ISO 14000, elaboradas pelo TC 207, estão assim distribuídas:

Série de Normas ISO 14000 Gestão Ambiental

Normas que tratam da
organização

Normas 14001 e 14004
Sistemas de Gestão Ambiental
(SC 1)

Normas 14010 e seguintes
Auditoria Ambiental
(SC 2)

Normas 14031 e 14032
Avaliação do Desempenho
Ambiental (SC 4)

Normas que tratam do
produto

Normas 14020 e seguintes
Rotulagem Ambiental
(SC 3)

Normas 14040 e seguintes
Análise do Ciclo de Vida
(SC 5)

Norma 14060
Aspectos Ambientais nos
Produtos (WG)

Norma 14050
Vocabulário (termos e definições)
(SC 6)



Normas Sobre o Sistema de Gestão Ambiental

- ISO 14001: é uma especificação para um SGA e foi desenvolvida para uso na certificação por terceiros, embora possa ser também utilizada internamente para fins de auto-declaração.
- ISO 14004: é uma norma destinada ao uso interno da empresa, como suporte a sua gestão ambiental.

Normas Sobre as Auditorias Ambientais

Essas normas visam especialmente às auditorias de terceiros, nas quais uma entidade externa verifica os compromissos estabelecidos internamente pela empresa através de seu SGA e, em primeira instância, por sua Política Ambiental. Também definem os critérios para qualificação dos auditores ambientais que participarão dessas auditorias.

Normas Sobre a Avaliação do Desempenho Ambiental

Essas normas propõem como fazer a medição, análise e definição do desempenho ambiental do SGA, bem como, a avaliação ambiental dos sistemas operacionais.

Normas Sobre a Rotulagem Ambiental

Essas normas propõem que os rótulos que fornecem informações sobre o produto ou serviço devem ressaltar suas características ambientais, utilizando-se sempre de expressões corretas, comprováveis, relevantes e compreensíveis para o usuário.

As características ambientais do produto podem ser explicitadas através de símbolos, declarações ou gráficos marcados sobre o produto ou embalagem. As normas não recomendam expressões vagas, tais como: "produto verde", "ambientalmente seguro", "amigo do meio ambiente", etc.



Normas Sobre a Análise do Ciclo de Vida

O intuito dessas normas é estabelecer as interações entre as atividades produtivas e o meio ambiente, analisando o impacto causado pelos produtos, seus respectivos processos produtivos e serviços com eles relacionados, desde a extração dos recursos naturais até a disposição final.

O processo de ACV deve avaliar não somente os impactos causados ao meio ambiente como também identificar as melhorias que deveriam ser introduzidas para reduzir esses impactos.



Norma Sobre os Aspectos Ambientais nos Produtos

Essa norma se destina basicamente àqueles que elaboram normas técnicas para produtos. Seu objetivo é alertar para aspectos relacionados ao meio ambiente que devem ser levados em conta quando se especifica e projeta um produto, tais como economia de energia e de matérias-primas, cuidados relacionados com o transporte e a distribuição, destinação das embalagens, alternativas para reuso, reciclagem e recuperação de materiais, etc. Também aborda facilidades para manutenção, reparo e desmontagem final do produto, e sua disposição final.

Objetivo Geral

Fornecer assistência para as organizações na implantação ou no aprimoramento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que auxilie as empresas a cumprirem os compromissos assumidos com o meio ambiente.

Como objetivos decorrentes, criam sistemas de certificação, tanto das empresas como de seus produtos, possibilitando assim distinguir aquelas empresas que atendem à legislação ambiental e cumprem os princípios do desenvolvimento sustentável.



Desafio Lançado

- com a entrada em vigor da série ISO 14000, as normas ambientais transcendem as fronteiras nacionais, criando mais um condicionante para o êxito da empresa que exporta e disputa sua posição em um mercado globalizado;
- um dos grandes méritos da ISO 14000 consiste em proteger produtores responsáveis contra concorrentes predadores que, por não respeitarem as leis e os princípios da conservação ambiental, produzem mais barato e não internalizam alguns custos que acabam sendo arcados pela sociedade;
- outro grande mérito da ISO 14000 é a uniformização das rotinas e procedimentos necessários para uma empresa certificar-se ambientalmente, cumprindo um mesmo roteiro-padrão de exigências que será válido internacionalmente, reduzindo as dificuldades encontradas por empresas que são obrigadas a comprovar a correção ambiental de seus produtos a cada país para onde exportam.



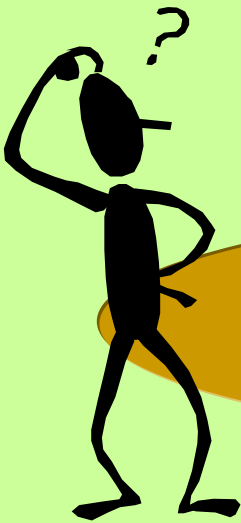
Certificação no Brasil

No Brasil, foi estabelecido pelo CONMETRO (Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, tendo sido o INMETRO designado por aquele Conselho como organismo acreditador oficial do Estado brasileiro.

Uma certificação feita no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade tem que necessariamente ser realizada por organismo acreditado pelo INMETRO.

Como a Norma ISO 14001 tem caráter voluntário, as certificações podem ser feitas fora do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade por organismos acreditados ou não pelo INMETRO.

Independentemente da certificação ser feita dentro ou fora do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, quando realizada por organismo acreditado pelo INMETRO, a mesma é conduzida com base nos mesmos requisitos e metodologia.



Quem certifica??

A certificação não é concedida pela ISO, que é uma entidade normalizadora internacional, mas sim por uma entidade de terceira parte devidamente acreditada.

Estão acreditados pelos critérios e procedimentos de certificação ambiental brasileiros (INMETRO/CONMETRO) vários organismos internacionais de certificação de sistemas, como por exemplos:

- BVQI (Bureau Veritas of Shipping);
- DNV (Det Norske Veritas);
- ABS-QE (American Bureau of Shipping - Quality Evaluation);
- DQS (Alemanha);
- Fundação Carlos Vanzolini (São Paulo).



Série de Normas ISO 14000

"A certificação pelas Normas da Série ISO 14000 deve fazer parte da estratégia de toda empresa que pretende manter-se competitiva"

